



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a eventual aquisição de água mineral sem gás, envasada em garrações de 20 litros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| ITEM | DESCRIÇÃO | CÓDIGO CATSER | UN | QUANTIDADE TOTAL | VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL R\$ | |
|------------------------------|---|---------------|--------------|------------------|----------------------------|-----------|
| | | | | | Unitário | Total |
| 1 | Água mineral natural; tipo: sem gás; material embalagem: plástico; tipo embalagem: retornável | BR0445485 | Garração 20l | 10.415 | 7,51 | 78.216,65 |
| CUSTO TOTAL GERAL R\$ | | | | | 78.216,65 | |

1.1.1. A cada requisição estima-se que o Ministério da Defesa solicitará:

| ESPECIFICAÇÃO | UND | REQ. MÍNIMA DO MINISTÉRIO DA DEFESA | REQ. MÁXIMA DO MINISTÉRIO DA DEFESA |
|---|-----------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Água mineral natural; tipo: sem gás; material embalagem: plástico; tipo embalagem: retornável | Garração de 20L | 200 | 867 |

1.1.2. Definição de água mineral natural conforme item nº 2.1 do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 173/2006, "Água obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas. É caracterizada pelo conteúdo definido e constante de determinados sais minerais, oligoelementos e outros constituintes considerando as flutuações naturais".

1.1.3. Os garrações deverão ser cedidos ao Contratante em regime de comodato, em quantidade suficiente para atender a demanda de consumo e a rotina de entrega do produto na AC/MD.

1.1.3.1. o Ministério da Defesa optou em não adquirir tais galões e utilizarão os galões da Contratada sob a forma de comodato.

1.1.3.2. no caso dos garrações serem danificados pela Contratante, sua reposição à Contratada ocorrerá com o prazo previsto no subitem 6.8.1 deste instrumento.

1.1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) data da assinatura da ATA SRP prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A demanda apresentada pela Seção de Gestão Alimentar (SEGAL), tem como objetivo a aquisição de garração de 20 litros de água mineral sem gás, para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD e no Anexo I do Bloco – "O" por um período de **12 (doze) meses**.

2.2. Com base nos incisos I e II do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços, uma vez que há necessidade de contratações frequentes e parceladas devido a limitação de espaço para armazenamento do material a ser lícitado.

"I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;" grifo nosso.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo deste **registro de preços** para eventual aquisição de água mineral sem gás, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice II deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O material a ser adquirido é comum de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Critérios de Aceitabilidade da Proposta:

5.1.1. A proposta inicial, encaminhada pelo Sistema de Compras Governamentais, deverá conter a documentação relacionada no quadro abaixo (Forma de Comprovação), sob a pena de desclassificação.

5.1.1.2. Para a documentação relacionada a seguir o pregoeiro poderá estabelecer prazo adicional para apresentação, bem como é facultado às licitantes encaminhá-los juntamente com a proposta, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

| EXIGÊNCIA | FORMA DE COMPROVAÇÃO |
|---|--|
| De acordo com o art. 4º da Portaria nº 387, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), de 19 de setembro de 2008, apenas poderão ser utilizados para o envase e comercialização, as embalagens, PLÁSTICO-GARRAÇÃO RETORNÁVEL, que obedeçam em seu processo de fabricação de acordo as normas constantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - Norma Brasileira (NBR) | O licitante deverá apresentar FOTOS do GARRAÇÃO PLÁSTICO, contendo a impressão de forma indelével e legível, da parte superior do garração, entre o gargalo e o anel de reforço superior, das informações previstas na Portaria |

| | |
|--|--|
| 14.222, que estabelece os requisitos mínimos de fabricação e desempenho e os métodos de ensaio para o GARRAFÃO PLÁSTICO destinado ao acondicionamento de água mineral e potável de mesa, para uso em sistema retornável, intercambiável ou exclusivo. | <p>DNPM nº 128/2011:</p> <p>A data limite de 3 (três) anos de sua vida útil, especificada na forma “Data de Fabricação” e “Prazo de Validade” expressos segundo a escrita usual: mês/ano; e</p> <p>O número de certificação da embalagem que atesta a sua conformidade com as normas técnicas da ABNT NBR 14.222 e 14.328 e o nome do instituto técnico responsável pela emissão do certificado.</p> <p>Exemplo: DATA DE FABRICAÇÃO DA EMBALAGEM: ABRIL 2020 OU 04/2020. DATA DE VALIDADE DA EMBALAGEM: ABRIL 2023 OU 04/2023. CERTIFICAÇÃO DA EMBALAGEM: GRF/IQB 000118.</p> |
| De acordo com o art. 4º da Portaria nº 387, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), de 19 de setembro de 2008, apenas poderão ser utilizados para o envase e comercialização, as embalagens, TAMPAS PLÁSTICAS DO GARRAFÃO, que obedecem em seu processo de fabricação as normas constantes da ABNT NBR 14.328, que estabelece os requisitos mínimos para fabricação e desempenho da TAMPAS PLÁSTICAS DO GARRAFÃO destinado ao acondicionamento de água mineral e potável de mesa. | O licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO DO FABRICANTE que atenda aos requisitos mínimos para fabricação e desempenho da TAMPAS PLÁSTICAS DO GARRAFÃO destinada ao acondicionamento de água mineral e potável de mesa, de acordo com a ABNT NBR 14.328, e que o material encontra-se dentro do prazo de validade. |
| ABNT NBR 14.637, que estabelece os requisitos mínimos para lavagem, enchimento e fechamento do garrafão plástico retornável de água mineral e potável de mesa. | <p>Caso o licitante não seja o fabricante, deverá apresentar DECLARAÇÃO DO FABRICANTE da água mineral, certificando o atendimento da referida norma, ficando a fiscalização a cargo do Contratante.</p> <p>Caso o licitante também seja o fabricante, este deverá apresentar DECLARAÇÃO certificando o atendimento da referida norma, ficando a fiscalização a cargo do Contratante.</p> |
| ABNT NBR 14.638, que estabelece os requisitos mínimos para a distribuição de água mineral e potável de mesa acondicionada em garrafão plástico retornável. | O licitante/fabricante deverá apresentar DECLARAÇÃO certificando o atendimento da referida norma, ficando a fiscalização a cargo do Contratante. |
| Registro de concessão de lavra publicado no Diário Oficial da União. | O licitante deverá apresentar uma CÓPIA DA PORTARIA DE OUTORGA publicada no Diário Oficial da União. |
| Laudo de análise de propriedades físicas e físico-químicas (LAMIN), dentro do prazo previsto no art. 27 do Decreto-Lei nº 7.841/1945 (Código de Águas Minerais), em conformidade com a legislação sanitária RDC nº 274/2005. | O licitante deverá apresentar uma cópia do LAUDO DE ANÁLISE , realizada pelo Laboratório Análises Minerais – LAMIN, dentro da validade de 3 (três) anos. |
| Cópia do rótulo do produto cotado e da respectiva publicação no Diário Oficial da União, em conformidade com o art. 1º da Portaria - MME nº 470/1999. | O licitante deverá apresentar uma cópia do RÓTULO DO GARRAFÃO , que deverá conter as características básicas do rótulo-padrão criado pelo Decreto nº 7.841/1945 e aprovado pelo DNPM, e da RESPECTIVA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO . |
| Resultado dos 4 (quatro) últimos exames bacteriológicos, compreendendo o período de um ano, um a cada trimestre, realizados na fonte da qual provirá o produto ofertado, conforme previsto no parágrafo único do art. 27, do Decreto-Lei nº 7.841/1945, redação dada pela Lei nº 6.726/1979. | O licitante deverá apresentar uma CÓPIA DOS 4 (QUATRO) ÚLTIMOS EXAMES BACTERIOLÓGICOS , compreendendo o PERÍODO DE UM ANO, UM A CADA TRIMESTRE , realizados na fonte da qual provirá o produto ofertado, assinado por Químico devidamente registrado no Conselho Regional de Química, de acordo com o artigo 25 da Lei nº 2.800, de 18 de maio de 1956. |
| Licença de operação, expedida pelo órgão Ambiental responsável pela área da fonte de extração do produto, em conformidade com o disposto no art. 10 da Lei nº 6.938/1981. | O licitante deverá apresentar uma cópia da LICENÇA DE OPERAÇÃO , expedida pelo órgão ambiental responsável pela área da fonte de extração do produto, em conformidade com o disposto no art. 10 da Lei nº 6.938/1981, VÁLIDA . |
| Portaria de outorga de direito de uso dos recursos hídricos de acordo com a Lei nº 9.433/1997 e Lei nº 9.984/2000. | O licitante deverá apresentar uma CÓPIA DO DIÁRIO OFICIAL que publicou a PORTARIA DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS de acordo com a Lei nº 9.433/1997 e Lei nº 9.984/2000. |
| <p>Para o item 1 : Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, de acordo com a Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018.</p> <p>Anexo I - Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas Código 16-13 Fabricação de bebidas não alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e ÁGUAS MINERAIS.</p> | <p>O licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o FABRICANTE DO PRODUTO por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP.</p> <p>A conformidade com o solicitado se dará por CERTIDÃO EMITIDA PELO IBAMA.</p> <p>A apresentação do CADASTRO TÉCNICO FEDERAL – CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICAÇÃO DE REGULARIDADE - CERTIFICADO DE REGULARIDADE será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo.</p> <p>O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, SOB PENA DE NÃO-ACEITAÇÃO DA PROPOSTA, o comprovante de registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.</p> <p>Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.</p> |

5.1.2. Todos os documentos apresentados devem estar **VÁLIDOS** e **LEGÍVEIS**, sob pena de não-aceitação da proposta (desclassificação).

5.2. nota explicativa:

5.2.1. Em relação a forma de comprovação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - Norma Brasileira (NBR), principalmente em relação as ABNT NBR 14.222, 14.328, 14.637 e 14.638, adotou-se este procedimento tendo em vista a DESONERAÇÃO do licitante, determinando assim os requisitos mínimos necessários a serem comprovados pelos licitantes, sendo estes requisitos RAZOÁVEIS e ESSENCIAIS para resguardar a AC/MD dos riscos inerentes a um ajuste malsucedido.

6. ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. A água mineral deverá ser fornecida de forma parcelada, de acordo com a demanda, em estrita observância às especificações de que trata este instrumento.

6.2. O prazo de entrega da água mineral é de 02 (dois) dias, contados do recebimento do pedido via fax ou e-mail, atestado pela respectiva nota de empenho, em um dos endereços abaixo citados:

| | | | |
|----------------------|---|---|-------------|
| Ministério da Defesa | 1 | Edifício da Administração Central do Ministério da Defesa - Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - Subsolo - COSER/Seção de Gestão Alimentar - Portão de acesso pela Via N2 - CEP 70049-900. | Brasília-DF |
| | 2 | Anexo do Ministério da Defesa - Esplanada dos Ministérios - Bloco "O" - subsolo - CEP 70052-900. | Brasília-DF |

6.3. Caso o prazo de entrega se encerre em um dia não útil, ele será estendido para o próximo dia útil subsequente.

6.4. A água será recebida **provisoriamente** no momento da entrega dos produtos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. A água poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. A água será recebida definitivamente no prazo de até 1 (um) dia útil, contado do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.9. Horário de entrega: das 8h às 12h e das 14h às 17h.

6.10. Contato: Fernando José Pascoal - Chefe da SEGAL, telefone (61) 3312-4267/4360 - e-mail coser@defesa.gov.br

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

7.4. Notificar, por escrito, a Contratada quando houver eventual aplicação de penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

7.5. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.

7.6. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às instalações do Contratante para o cumprimento das rotinas de entrega e instalação, desde que tenham sido credenciados pelo Contratante e exclusivamente para entrega dos produtos elencados neste instrumento.

7.7. Atender os requisitos de distribuição previstos na ABNT NBR 14638 (embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - garrafão retornável - requisitos para distribuição).

7.8. Repor os garrafões, danificados ou tornados inutilizados, quando a Administração for responsável pelo dano.

7.8.1. A reposição dos garrafões ocorrerá a cada 90 (noventa) dias.

7.8.2. Os garrafões atenderão aos requisitos previstos no item 1 deste instrumento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

8.3. Sujeitar-se à fiscalização da COSER/SEGAL quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.

8.4. Responder por perdas e danos que vier a sofrer a AC/MD ou terceiros, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

8.5. Responsabilizar-se pelo produto até o efetivo recebimento por parte da COSER/SEGAL adotando todas as medidas julgadas cabíveis, inclusive as que se referem à segurança e ao transporte até o local de entrega, arcando, dessa forma, com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a AC/MD.

8.6. Submeter à aprovação do Departamento de Administração Interna (DEADI) toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas, de cunho administrativo legal.

8.7. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes ao fornecimento do produto.

8.8. Obedecer a RDC nº 173/ANVISA/MS/2006, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural e a Lista de Verificação das Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural, no que tange a: captação, condução da água de captação, armazenamento da água da captação, seleção dos insumos e dos fornecedores, recepção e armazenamento dos insumos, fabricação e higienização das embalagens, envase e fechamento, rotulagem e armazenamento, transporte e comercialização, controle de qualidade, documentação e registro.

8.9. Fornecer ao Contratante, as suas expensas, a cada **180 (cento e oitenta) dias** ou quando solicitado, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, laudos técnicos ou exames bacteriológicos e microbiológicos que atesta a qualidade da água mineral fornecida.

8.10. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes ao fornecimento do produto.

8.11. Quando da entrega do material, a licitante vencedora deverá:

8.11.1. atender as normas de segurança e demais regulamentos no âmbito da AC/MD;

8.11.2. instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas da AC/MD;

8.11.3. fornecer todos os equipamentos de segurança previstos na legislação vigente do Ministério do Trabalho e Emprego; e

8.11.4. emitir Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do Contratante.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. O atesto das notas fiscais ficará a cargo de servidores da COSER/SEGAL, de acordo com a IN nº 7/SEORI/SG/MD/2013.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da

contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do , calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Fica a critério da autoridade competente a exigência da garantia de execução conforme o Art. 56 da Lei nº 8.666/93 abaixo transcrito:

"Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras."

14.1.2. O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo do objeto.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1 O prazo de garantia contratual dos bens será de **30 (trinta) dias conforme inciso I do art. 26 da Lei nº 8.078, de 1990**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 16.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

16.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

16.2.1.1. Multa:

16.2.1.1.1. moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o **valor contratado**, até o limite de 5 (cinco) dias;

16.2.1.1.2. compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o **valor contratado**, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, por até 2 (dois) anos;

16.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

16.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 16.2.4. também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens 16.2.1., 16.2.3, 16.2.4. e 16.2.5., poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. a soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a 30% (trinta por cento) da quantidade prevista para cada item deste instrumento, conforme tabela abaixo. (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União).

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO MÍNIMO |
|------|--|-------------------|---------------------|
| 1 | ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL. | GARRAFÃO 20L | 3.124 |

17.3.2. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos apresentados. No atestado, deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

17.3.2.1. CNPJ da licitante; e

17.3.2.2. Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão e CNPJ e Razão Social da empresa.

17.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

17.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 78.216,65** (setenta e oito mil e duzentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos).

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

20. DOS APÊNDICES

20.1. Apêndice I – Quadro demonstrativo de consumo e previsão; e

20.2. Apêndice II – Estudo Técnico Preliminar (ETP).

ONIVALDO DE FATIMA ROCHA
Coordenador de Serviços Gerais

De acordo:

ODILON MAZZINI JUNIOR
Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

Aprovo o presente Termo de Referência, assim como o seu respectivo apêndice, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

WALDIR F. DAS N. SILVEIRA Jr
Ordenador de Despesas

APÊNDICE I - QUADRO DEMONSTRATIVO DE CONSUMO E PREVISÃO DE AQUISIÇÃO

| Especificação | Un | CONSUMO 2020/2021 (Garraão 20l) | | | | | | | | | | | | Total Consumido | Qtd Prev. 2021/2022 |
|------------------------|---------|---------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----------------|---------------------|
| | | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr | Maio | Jun | Jul | Ago | | |
| Água Mineral 20 litros | Garraão | 700 | 592 | 504 | 528 | 426 | 509 | 611 | 459 | 570 | 535 | 595 | 670 | 6.699 | 10.415 |

O consumo estabelecido no demonstrativo a cima, se deu em razão da anormalidade do período atual, impactado pela Pandemia do COVID-19. A previsão de aquisição futura considera o retorno as atividades normais de 2/3 dos colaboradores.



Documento assinado eletronicamente por **Onivaldo de Fatima Rocha, Coordenador (a)**, em 16/12/2021, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR, Ordenador(a) de Despesas**, em 16/12/2021, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Alekssander Granzotto Kuntze, Diretor(a), substituto(a)**, em 20/12/2021, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **4453104** e o código CRC **1C15FE44**.
